

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 5ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear a Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais pelos 20 anos de sua fundação

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – Plenário

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATA



ATA

ATA DA 5ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/6/2022

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Presidente – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias – Palavras da Presidente – Apresentação Artística – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e o deputado:

Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Mauro Tramonte.

Abertura

A presidente (deputada Andréia de Jesus) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– A presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear a Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais pelos 20 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, defensora pública-geral do Estado; os Exmos. Srs. defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, coordenador da Defensoria Pública Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; promotor de Justiça Francisco Ângelo Silva de Assis, coordenador das Promotorias

de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; e Fernando Campelo Martelleto, diretor-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais; e a Exma. Sra. deputada Beatriz Cerqueira.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença dos Exmos. Srs. Nikolas Stefany Macedo Katopodis, subdefensor público-geral do Estado de Minas Gerais; do defensor público Galeno Gomes Siqueira, corregedor-geral da Defensoria Pública-Geral; do 2º-Ten. Leonardo Inácio da Silva, representando a Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; e do procurador de Justiça Afonso Henrique de Miranda Teixeira.

Agradecemos a presença de todos os defensores públicos e servidores da Defensoria Pública que vieram prestigiar esta homenagem. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos a todos os presentes para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo sobre a Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais.

– Procede-se à exibição do vídeo.

A locutora – Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Palavras da Presidente

Bom dia a todas, todos e todes. Cumprimento aqui a Exma. Sra. Raquel Gomes de Souza da Costa Dias, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; a Exma. Sra. Beatriz Cerqueira, deputada estadual; o Exmo. Sr. defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, coordenador da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; o Exmo. Sr. promotor de justiça Francisco Ângelo Silva Assis, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; e o Exmo. Sr. Fernando Campelo Martelleto, diretor-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

Senhoras e Senhores, é com muita emoção que estamos aqui hoje. Para mim, é muita emoção, principalmente porque é a primeira cerimônia que presido na Casa, mas também por estar marcando história aqui, nesta Assembleia, porque é a primeira legislatura em que há mulheres negras cumprindo tarefas históricas neste Estado, como a de ocupar o espaço legislativo como parlamentares.

Quero aqui dizer que esta reunião especial é para homenagear defensoras e defensores da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais por suas duas décadas de atuação e prática.

Falar em direitos humanos neste cenário não é só necessário, fundamental, mas um desafio. Sabemos que há um discurso na tentativa de desidratar a democracia, e o trabalho dos senhores e das senhoras é fundamental para a manutenção desta democracia perseguida desde a ditadura. Imagino quantas horas de trabalho, quanto esforço, quanta entrega! Sei o quanto é desafiador para as mulheres que têm dupla, tripla jornada de trabalho, mas estamos falando de direitos coletivos, direitos humanos que transcendem o sujeito. E trago aqui um exemplo. Já ouvi um geraizeiro, e essa é a característica que vocês me ensinaram e me ensinam o tempo todo: ouvir, ouvir e ouvir. Então ouvi de um geraizeiro que um pequi foi arrancado pela raiz – pequi tombado pelo Estado de Minas Gerais como patrimônio. Sabemos que isso abala o bioma de Minas Gerais. E não se trata só da defesa do pequi, mas, sim, da defesa do

geraizeiro, do ribeirinho que teve ali perdida a sua tradição, o seu ofício. Olha o desafio que é pensar em direitos humanos nessa diversidade, que também esbarra em conflitos socioambientais, o que só cresce.

Escrevi um rascunho aqui cedo. Levantei às 5 horas e poucos minutos da manhã e fui pegar algumas revistas da Defensoria Pública. Uma delas me chamou a atenção e eu a trouxe, porque me ajudou a me inspirar para falar do papel dessas duas décadas da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos e Socioambientais. É o caso de Brumadinho, é o caso das ocupações urbanas, é o caso da população em situação de rua, que são CPFs cancelados. É esse o desafio e é esse o motivo de vocês hoje estarem aqui, nesta Casa, sendo homenageados não só pela deputada Andréia, porque houve mais de 50 assinaturas. Outros parlamentares também reconhecem e sabem a importância de se fortalecerem instituições como a Defensoria Pública para a manutenção e a expansão da democracia, para o reconhecimento de direitos que são de todos nós.

O desafio é defender o sujeito além do hipossuficiente financeiro, do hipossuficiente político; é levar política para aqueles que estão sempre à margem ou são conflitantes com a lei ou a lei está em conflito com eles. Como defender uma coletividade cujos defensores tombam, como ocorreu com Dom Phillips, Bruno Pereira, Marielle Franco e tantos outros que tombaram aqui, no Estado de Minas Gerais? Então é em nome deles que também vocês estão sendo homenageados. Aí a pergunta que imagino que cada um de vocês faz cotidianamente: quanta desigualdade a democracia aguenta? Quanto de democracia a desigualdade aguenta? Temos respondido a isso com práticas. Presido hoje a Comissão de Direitos Humanos desta Casa e, por isso, ainda sofro ameaças, ameaças daqueles que não querem direitos humanos, não querem humanizar a política, não querem humanizar as instituições.

Então, estamos aqui celebrando, mas também apontando alguns desafios. Precisamos humanizar o trabalho das mulheres nas instituições. Precisamos do controle social e da ouvidoria externa da Defensoria. Precisamos lutar por isso e esta Casa também tem esse compromisso. Precisamos ampliar a defensoria. Isso não pode ser privilégio da região metropolitana. O acesso à defensoria não pode ser tão restrito como vemos quando acompanhamos as divisas do Estado de Minas Gerais onde ainda não há defensores. E, onde há defensores, eu via de perto mulheres grávidas carregando pacotes e pacotes de processos para casa. Ribeirão das Neves é sempre o laboratório. Boa parte de vocês passaram por lá. Começa por lá, que é um desafio. São 10 mil processos criminais em Ribeirão das Neves. Mas estamos falando de direitos humanos, e tem de começar pelas instituições. Precisamos humanizar as nossas instituições, começando a reparar a ausência ou a pouca presença de negros nas instituições. Por isso quero parabenizar pelas cotas na Defensoria. É um sinal nesse iceberg. É preciso ainda garantir paridade, mas também equidade para que a democracia que defendemos não seja uma democracia eleitoral, mas uma democracia eficaz e presente. O nosso compromisso aqui com essa solenidade é fortalecer a instituição que nos sustenta aqui, que sustenta os militantes de direitos humanos que estão nos territórios sobrevivendo e, principalmente, garantindo o teto, garantindo moradia, garantindo o livre amor, garantindo que este Estado de Minas Gerais não seja reconhecido apenas pela lama, apenas pelo apedrejamento das comunidades tradicionais, apenas por ser um Estado repressivo, que só cresce de forma arbitrária e desleal, mas que seja reconhecido pelas dezenas de casos extrajudiciais que foram solucionados. Olhem a economia para o Estado que vocês, defensores públicos de direitos humanos, e a própria Defensoria têm feito, que é construir estratégias de solução de conflito extrajudiciais; olhem a economia e quantas vidas foram preservadas com essa estratégia que tem sido desenhada e construída por vocês.

Foi escrito aqui um discurso para mim que eu acabei não utilizando, mas acho importante ressaltar o trabalho que foi feito na Ocupação Cidade de Deus, em Sete Lagoas. Eu quero trazer só esse exemplo para finalizar e a gente conduzir nosso evento. As crianças da comunidade fizeram um evento recentemente, um teatro, e elas mesmas escreveram as falas do teatro. E muito me impressionou que uma das crianças, uma criança de 10 anos, uma menina, falou: “Eu sou a Dra. Cleide”. Ela incorporou o personagem de uma defensora pública. Isso me emociona porque o Estado que chega às ocupações é o Estado que reprime, mas ela se lembra do Estado, e o Estado para ela tem nome. Então, parabéns, Dra. Cleide!

Não quero de forma nenhuma ser injusta; estou vendo a D. Maria Auxiliadora que está aqui, uma mulher negra que tem décadas e décadas também de doação para a Defensoria, porque a gente sabe que é doação; nenhum salário que vocês recebam hoje ou que vão receber no futuro vai pagar o que vocês têm feito. Eu sei que muitos outros nomes passaram por territórios com CPFs cancelados, e a senhora tem passado por dentro do sistema prisional de forma também a marcar esse lugar com tanta entrega, tanta doação, de forma incansável; e a gente sabe que quem faz isso também sofre perseguições, tem que, às vezes, abrir mão da segurança da família para fazer isso. Então, toda a minha honra e meu respeito por uma mulher negra que eu acredito ser das primeiras a estar na Defensoria Pública, a passar num concurso público e a representar o Estado com tinta na pele. Isso faz diferença. A senhora abriu o caminho para outros, para outras, e eu me inspiro muito no trabalho da senhora.

Com isso, nós vamos seguir a nossa homenagem; e quem tem que estar no centro hoje são vocês, não só pelo trabalho que fazem, mas também por aquilo que farão, marcando também esta Casa, os anais desta Casa com o fato de que existe estrategicamente um setor especializado em tratar humanamente o que a lei muitas vezes retira das pessoas. Essas pessoas têm nome, e eu vejo os defensores públicos chamarem os atingidos, os violados pelo nome. Obrigada, gente.

Entrega de Placa

A locutora – A deputada Andréia de Jesus, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Sra. Raquel Gomes de Souza da Costa Dias, e ao coordenador da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, defensor público Aylton Rodrigues Magalhães. A placa contém os seguintes dizeres: (– Lê:) “Criada em 18/5/2002, a Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais trabalha em defesa de grupos vulneráveis da sociedade, como comunidades quilombolas e tradicionais, população carcerária, indivíduos em situação de rua e pessoas com deficiência, entre outros. O órgão contribui ainda para o fortalecimento da cidadania e de uma nova cultura de resolução extrajudicial dos conflitos, por meio da formação jurídica não formal de lideranças comunitárias e da capacitação de estudantes universitários para atuarem nessa área. Ao completar 20 anos de existência, a Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais recebe justa homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por seu empenho em prol de uma democracia mais inclusiva e justa para todos”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias

Bom dia a todas e a todos. Exma. Sra. Deputada Andréia de Jesus, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nosso querido presidente, deputado Agostinho Patrus; nossa deputada estadual, grande amiga, Beatriz Cerqueira; nosso deputado estadual Mauro Tramonte, também grande parceiro, que nos acompanha de forma on-line; Exmo. Sr. Coordenador da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, nosso amigo, defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, homenageado nesta grande cerimônia; Exmo. Sr. Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, promotor de justiça Francisco Ângelo Silva Assis, representando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, grande parceiro também da Defensoria Pública; Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais, Dr. Fernando Campelo Martelleto; meu amigo, parceiro, subdefensor público-geral, Dr. Nikolas Macedo katopodis; nosso corregedor-geral, também grande amigo, Dr. Galeno Gomes Siqueira; assessora parlamentar da deputada e nossa artista nesta cerimônia, Carlandréia Ribeiro. E cumprimento, muito especialmente, a nossa grande amiga, colega, Maria Auxiliadora, e na pessoa dela cumprimento todas as minhas colegas defensoras e colegas defensores públicos.

Neste momento é uma honra estar aqui representando a instituição, nesta grande homenagem, muito merecida, à nossa Defensoria Especializada em Direitos Humanos. Estaremos aqui reunidos, no Plenário Juscelino Kubitschek da Assembleia Legislativa

do Estado de Minas Gerais, na reunião especial requerida pela deputada Andréia de Jesus, com tantas deputadas e deputados amigos da nossa instituição, para comemorarmos os 20 anos da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, é motivo de celebração e festa para nós, defensoras e defensores públicos.

A Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais teve sua origem formal em 18/5/2002, por meio da Portaria nº 47, criada com o nome original de Núcleo de Direitos Humanos. A Deliberação nº 11/2009, do nosso egrégio conselho superior, instituiu a Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais. Desde então, defensoras e defensores públicos que atuam na proteção e na promoção dos direitos humanos fazem e prestam um trabalho de excelência às cidadãs e aos cidadãos mineiros. Atuamos precipuamente de forma extrajudicial, como bem disse a nossa deputada Andréia, com atendimentos comunitários coletivos, defesa das pessoas e de grupos vulneráveis, comunidades quilombolas e tradicionais, sem-casa e desabrigados, população em situação de rua e movimentos sociais. Já ingressávamos, deputada, com ações civis públicas quando ainda se discutia a nossa legitimidade para utilização desse importante instrumento judicial para a tutela dos direitos coletivos. Direitos fundamentais à vida, liberdade, igualdade, dignidade, segurança alimentar, educação, moradia, reforma agrária, informação, livre expressão e não discriminação, são algumas das nossas pautas diárias. Mediação escolar, população LGBTQI+ e em situação de rua, conflitos fundiários e observância dos direitos humanos no sistema prisional, não é, Dôra? Sempre em busca de melhorias para a nossa população carcerária, são igualmente temas caros e indispensáveis à nossa defensoria especializada e à Defensoria Pública como um todo. Alguns casos já foram por nós apresentados ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.

Para comemorar os 20 anos da nossa Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, completados no último dia 18 de maio, a Defensoria Pública fez uma programação especial para celebrar essa data, e eu acho que hoje a gente fecha com chave de ouro esta grande comemoração pelos 20 anos da nossa especializada. Lançamos a cartilha antirracismo e produzimos uma série de vídeos para as redes sociais, contando um pouco da nossa história. A próxima edição da Revista da Defensoria Pública de Minas Gerais deste ano vai ter também como tema os direitos humanos, em uma edição especial.

Estamos em constante aprimoramento, e pretendemos, nobres deputadas e deputados... E aqui eu faço um aparte para falar que há três mulheres compondo esta Mesa de honra, o que hoje não é muito comum, e a Mesa é presidida por uma mulher. E nós pretendemos então, deputadas e deputados, grandes parceiros e amigos da nossa instituição, encaminhar a esta Casa, já nos próximos dias, o projeto de lei que cria o cargo de ouvidor externo no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Com a criação e o provimento desse cargo, estaremos ainda mais próximos da população que tanto precisa de nós, e das comunidades e dos movimentos sociais que as representam. Ampliaremos, deputada. Como a senhora disse, a Defensoria não pode atuar só na capital e região metropolitana; nós também temos o compromisso de ampliar a nossa atuação, composta por 18 novos colegas no início do segundo semestre, que atuarão especialmente nas regiões mais pobres de Minas Gerais.

E aí eu peço licença para ler um trecho... Eu pedi uma cola para uma colega, para a nossa querida Mariana Lima, que veio de um mestrado agora em Portugal, falando um pouquinho da Defensoria Pública e da nossa atuação nos direitos humanos; e ela me trouxe um trecho que eu achei extremamente interessante e acho que vale a pena ler aqui. (– Lê:) “A Defensoria Pública é uma instituição única e marcada pela diversidade. Essa diversidade vem desde o público-alvo que a gente atende até a própria filosofia de concretização dos direitos, marcada pela diversidade, pela interseccionalidade, pela função contra-hegemônica. A Defensoria Pública é antirracista, anti-homofóbica, antimisógina, é diversa. Defende a mulher contra a opressão patriarcal e a violência em todos os seus tipos, a exemplo do nosso Nudem, que é o núcleo de atuação em defesa da mulher em situação de violência. E também defende a mulher que pleiteia alimentos para os seus filhos e que, muitas vezes, sustenta-os sozinha, na defesa feita pela Defensoria das Famílias. A Defensoria Pública deve ser sempre o reflexo da diversidade e da luta pelos direitos humanos.”

Agradecemos ao nosso presidente Agostinho Patrus pela parceria de sempre, e às deputadas e aos deputados, que sempre nos apoiaram: deputada Andréia, deputada Beatriz, nosso deputado Mauro Tramonte, que nos acompanhou neste momento. Contem

sempre conosco, contem sempre com a Defensoria Pública, não só na promoção dos direitos humanos, mas principalmente na garantia também do acesso à Justiça pela população em situação de vulnerabilidade do Estado de Minas Gerais. Muito obrigada, e um bom-dia a todos e a todas.

A locutora – Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus, representando o presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus.

Palavras da Presidente

Em nome do deputado Agostinho Patrus, presidente desta Casa, cumprimento a Exma. Sra. deputada Beatriz Cerqueira; o deputado Mauro Tramonte, que acompanha de forma on-line; a Exma. Sra. defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Raquel Gomes de Souza da Costa; o Exmo. Sr. coordenador da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, defensor público Aylton Rodrigues Magalhães; o Exmo. Sr. diretor-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais, Fernando Campelo; o Exmo. Sr. coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, promotor de justiça Francisco Ângelo Silva Assis.

(– Lê:) “É com muita satisfação que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais participa dessa homenagem à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, órgão de atuação da Defensoria Pública do nosso estado.

Comemoramos, hoje, os 20 anos de fundação deste instrumento essencial para a nossa República, nas conquistas, nas defesas e nas garantias relativas aos direitos humanos em Minas Gerais e no Brasil.

Em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965, e com diversos tratados e convenções internacionais, a Constituição Federal de 1988 reconhece as formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos segmentos da sociedade brasileira. Além disso, a Carta Magna busca corrigir desigualdades de modo a propor a realização efetiva da Justiça.

Nesse contexto, a implementação de uma Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais significou um avanço significativo em Minas Gerais, ajudando a garantir o acesso à Justiça e a defesa de direitos, além de ampliar o horizonte da atuação dessa honrada instituição. Esse avanço ocorre na perspectiva de que o Estado reconhece a diversidade sociocultural existente no Brasil, motivo pelo qual a defensoria especializada atua para garantir os direitos fundamentais de pessoas e grupos vulneráveis, tais como comunidades quilombolas e tradicionais, famílias de sem-casa e desabrigadas, população em situação de rua, pessoas com deficiência e movimentos sociais. Além disso, o órgão também desenvolve trabalhos voltados para mediação escolar, população LGBTQIAP+, atuação em conflitos fundiários, urbanos e rurais e também lança seu foco no sistema prisional em busca de melhorias para a população carcerária.

No Brasil, desde a herança portuguesa com as Ordenações Filipinas, já havia dispensa de custas judiciais aos que comprovadamente não podiam arcar com a despesa, solicitando-se os serviços gratuitos de advogados generosos. No Império, Joaquim Nabuco promoveu a criação da assistência judiciária aos indigentes, e a República, logo em seus primeiros anos, criou um sistema de assistência judiciária. No entanto, é a Constituição de 1988, reconhecida como a Constituição Cidadã, que amplia a ideia de assistência com a criação da Defensoria Pública, que veio englobar a orientação e o auxílio extrajudicial à comunidade, além de sua defesa em todos os graus perante os órgãos jurisdicionais.

A autonomia reconhecida pela Emenda nº 45, de 2004, muito contribuiu para o processo de crescimento e fortalecimento de sua função jurisdicional. É, portanto, historicamente recente o surgimento da categoria dos defensores públicos, profissionais do direito litigando em favor de seus assistidos em todas as instâncias e em todos os segmentos, seja diante de pessoas físicas ou jurídicas, seja em relação à administração pública ou privada.

A Defensoria Pública de Minas Gerais, uma das pioneiras no País, veio propiciar o acesso de todos à Justiça, dando suporte aos direitos fundamentais previstos na Constituição. Presente em mais de 100 comarcas do Estado, nossa Defensoria Pública democratiza o acesso à Justiça, assumindo especial importância na erradicação da pobreza e na concretização da igualdade jurídica e dos mecanismos de inclusão social.

No contexto deste país, a Defensoria Pública constitui um dos mais importantes instrumentos de cidadania, pois não apenas movimenta elevadas vocações de humanistas, como põe em prática um dos mais belos momentos da democracia: o direito à lei. Além disso, ela pode também ser definida como uma instituição imprescindível ao Estado Democrático de Direito, caracterizada pelos esforços voltados à redução das desigualdades sociais e à garantia de dignidade a todo ser humano, sem discriminação de qualquer espécie.

E, como órgão da Defensoria Pública, a Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais tem brilhado de modo permanente ao se mostrar essencialmente comprometida com a democracia, a igualdade e a construção de uma sociedade solidária. Ao buscar constante aprimoramento, o órgão parece buscar nada menos que os ideais propugnados no art. 1º do Estatuto do Homem, famoso poema de Thiago de Mello: 'Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida, e, de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira'.

Em um país reconhecido por sua extrema desigualdade, devemos seguir o imperativo ético de que a Justiça só faz sentido se ela existir para o benefício de todas as pessoas. Que nos próximos 20 anos as defensoras e os defensores públicos, sobretudo aquelas e aqueles diretamente ligados à Defensoria Pública de Direitos Humanos, continuem se destacando no exercício de uma das mais justas atividades presentes no mundo jurídico, reafirmando a Defensoria Pública como instituição vital para a transformação do quadro de desigualdades do Estado. Muito obrigado. Presidente Agostinho Patrus”.

Apresentação Artística

A locutora – Agora ouviremos a atriz, arte-educadora, produtora cultural e escritora Carlandréia Ribeiro, que apresentará uma intervenção cênico-musical de trechos de canções de autoria da escritora Carolina Maria de Jesus, além de trechos de textos dela e da também escritora Conceição Evaristo.

Em nome da deputada Andréia de Jesus, aproveitamos o momento para agradecer a artista Carlandréia pela participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação artística.

Encerramento

A presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 28, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/6/2022

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/6/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sávio Souza Cruz, Fernando Pacheco, Gustavo Valadares e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 28/6/2022, às 13h30min e às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2022.

Virgílio Guimarães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/6/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade

de receber, discutir e votar proposições da comissão e de prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão Extraordinária das Privatizações

Nos termos regimentais, convoco os deputados Guilherme da Cunha, Bruno Engler, Betão e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 28/6/2022, às 10 horas, às 14h30min e às 17h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2022.

Coronel Sandro, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/6/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Fernanda de Salles Andrade, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler.



ERRATA

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/4/2022

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 26/4/2022, na pág. 55, após o resumo do Requerimento nº 10.554/2022, acrescente-se o seguinte:

“Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Abrigo São Paulo, em Belo Horizonte, realizada em 24/11/2021, o qual segue publicado após as assinaturas.”.

E, após as assinaturas, acrescente-se o seguinte:

“RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: Abrigo São Paulo, em Belo Horizonte

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento em Comissão nº 10.554/2021, de autoria das deputadas Andréia de Jesus e Leninha, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 24/11/2021, o Abrigo São Paulo, localizado na Rua Elétron, 100, Bairro Primeiro de Maio, em Belo Horizonte, com a finalidade de fiscalizar o acolhimento dos indígenas venezuelanos da etnia warao ali abrigados, bem como a estrutura e as condições gerais do referido abrigo.

A deputada Andréia de Jesus, uma das autoras do requerimento e presidenta da comissão, realizou a visita, sendo acompanhada por: Leonardo de Moraes Silva, coordenador do Abrigo São Paulo; Rodrigo Oliveira Martins, gerente administrativo do Conselho Central de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, e Aurinês Castro Rocha, sua assessora; Sandra Regina Ferreira e Guilherme Crepaldi, da Diretoria de Proteção Social da Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC – de Belo Horizonte; Yolis Del Carmen Rodriguez Lyon, liderança venezuelana indígena warao e representante de grupos étnicos indígenas no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Compir – de Belo Horizonte; Daniel Rattia e Lucio Rattia, venezuelanos da etnia warao acolhidos no Abrigo São Paulo.

Relato

A visita iniciou-se na sala do coordenador do Abrigo São Paulo, onde a deputada Andréia de Jesus esclareceu sobre sua finalidade e perguntou sobre a situação dos indígenas venezuelanos da etnia warao ali abrigados, em particular quanto aos quesitos assistência social, saúde, vacinação contra a covid-19 e perspectivas de moradia, empregabilidade, acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico – e escola para as crianças e adolescentes. A parlamentar explicou que a Comissão de Direitos Humanos foi acionada por meio de vários relatos sobre a inadequação das condições do acolhimento provisório desse grupo pela Prefeitura de Belo Horizonte – PBH – naquela instituição, pontuando tratar-se de pessoas com modo de vida peculiar, distinto do hegemônico. Mencionou, inclusive, a ocorrência da morte de uma das crianças, em outubro, em decorrência de Covid-19, bem como visita anteriormente realizada pela Defensoria Pública de Minas Gerais, a qual resultou em robusto relatório e na fixação de data, no final de novembro, para que esses indígenas fossem removidos dali e realocados em melhor situação. Enfatizou tratar-se de um desafio, até mesmo por se tratar de uma situação mundial e não mais eventual e, em face disso, que o Executivo estadual deve também assumir responsabilidades.

Leonardo Silva avaliou que a iniciativa da visita é muito valiosa, pois as políticas públicas, não apenas da assistência social e da saúde, devem acompanhar a realidade e, na perspectiva dos processos migratórios globais, informou que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur – apontou Belo Horizonte como uma espécie de “novo eldorado”. Explicou que o primeiro grupo de venezuelanos chegou à cidade em fevereiro de 2020, com 17 indígenas warao, portanto, antes do início da pandemia de covid-19. Após isso, vieram outros grupos: um de 88 pessoas, encaminhado para o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados; outro de 30, que não permaneceu na capital mineira; um de 74 em 28 de setembro deste ano, indo para o abrigo, seguido de um familiar que foi para o Amazonas e retornou, em 13 de novembro, com outros 12 parentes. Atualmente, computando também o nascimento de três crianças (uma delas já com registro civil e as outras duas em procedimentos para tal), há 89 venezuelanos da etnia warao naquela instituição, dos quais cerca de 50 têm menos de 18 anos de idade.

Esclareceu que o abrigo, mesmo sendo para pessoas em situação de vulnerabilidade, não é para esse público, e sim para a população em situação de rua, e que a chegada dos indígenas venezuelanos foi repentina, exigindo diversas adaptações e improvisos. Isso implicou, e implica, grande desafio, por várias razões: além do espaço físico e da barreira do idioma, há muitas particularidades culturais (incluindo alimentação e hábitos de limpeza) a serem observadas, respeitadas e atendidas. Para além das muitas adequações necessárias, essas circunstâncias têm gerado, segundo o coordenador, bastantes críticas e insatisfação por parte daqueles habitualmente acolhidos pela instituição, e, nesse sentido, alguns cuidados vêm sendo tomados para mediar a situação e evitar maiores problemas e conflitos: a separação física das áreas de uso, horários diferenciados para banho e o uso do portão da garagem para a entrada e saída dos indígenas venezuelanos. Contudo, tais cuidados têm, por vezes, sido equivocadamente interpretados como privilégios para os warao.

Questionado sobre a estrutura institucional do abrigo, Rodrigo Martins esclareceu que ele pertence à Sociedade de São Vicente de Paulo e todos os seus funcionários são contratados por essa organização, havendo um convênio com a PBH por meio do qual são fornecidos os recursos para a sua manutenção e funcionamento. Informou também que o abrigo tem 200 vagas para pessoas

em situação de rua e os 89 warao não estão sendo considerados nesse número, sendo que a PBH está complementando, desde a chegada deles, apenas os recursos financeiros para alimentação *per capita* proporcionais, mas uma planilha está sendo elaborada para discriminar os demais gastos que aumentaram.

A deputada Andréia de Jesus perguntou como tem sido a alimentação, e Leonardo Silva, juntamente com Rodrigo Martins, explicaram que, num primeiro momento, as refeições foram fornecidas por restaurante popular da PBH e os warao reclamaram muito e as recusaram, por ser totalmente diferente do que estão habituados, tanto em termos de ingredientes quanto de preparo. Buscou-se, então, atender às suas demandas, inclusive para que possam, eles mesmos, cozinhar. Quanto aos ingredientes, também houve e há empenho em atender aos hábitos identificados e aos pedidos feitos, há quantidade sempre suficiente de alimentos, contudo nem sempre é possível satisfazer todas as solicitações, pois parte depende de campanhas para doações, sendo que a Prefeitura tem conseguido atender cerca de 70% a 90% de tudo. Exemplo citado é a carne de frango, que a PBH só fornece em pedaços e os warao só comem a partir do animal inteiro. Trata-se, como frisou a presidenta da Comissão de Direitos Humanos, de questão cultural, daí a relevância de um acolhimento adequado. Há, ainda, a questão do gás: o gasto (cerca de dois botijões a cada três dias) não tem sido suprido totalmente pela PBH, ainda que os fogões – há dois, um comum, que não tem sido utilizado porque o consideraram pequeno e ruim, e outro industrial – não sejam sempre usados, pois preferem cozinhar em fogueira.

Quanto à covid-19, Leonardo Silva fez questão de, nas palavras dele próprio, desmistificar certas informações: ninguém foi contaminado no abrigo, muitos já chegaram com sintomas gripais e foram encaminhados ao Centro de Saúde Primeiro de Maio (que é a unidade básica de saúde – UBS – do Sistema Único de Saúde – SUS – daquela regional), onde 16 foram diagnosticados com a doença, vindo a óbito um bebê. Apesar de o processo de vacinação ter sido um pouco moroso por causa da impossibilidade imposta pelos sintomas gripais e porque alguns inicialmente resistiram à imunização, hoje estão todos vacinados com dose única da Janssen, à exceção dos segmentos que, por determinação das autoridades sanitárias, não podem receber a vacina (como crianças com 11 anos de idade ou menos). Outra dificuldade é manter o isolamento social, pois eles querem sair, e saem todos os dias, para fazer coleta (dinheiro e doações) na rua. O coordenador do abrigo esclareceu, ainda, que a mesma UBS acompanha, com regularidade, as crianças e as gestantes (chegaram quatro, das quais três já deram à luz, e há possibilidade de existir mais alguma grávida no momento) e tem atendido os warao no próprio abrigo, inclusive tendo sido adaptado o auditório para isso, numa espécie de miniconsultório. Esse atendimento na própria instituição também é feito pela assistência social, e a decisão de centralizar tudo ali foi tomada devido às dificuldades iniciais para que os warao se deslocassem sozinhos, mesmo dentro do próprio Bairro Primeiro de Maio.

Sobre o caminho dos indígenas venezuelanos até a capital mineira, Leonardo Silva informou que costumam chegar na Praça da Estação, onde o Centro de Referência da Juventude presta um suporte inicial, por se tratar de região considerada perigosa, em especial durante a noite. Completou afirmando que a situação de rua não é saudável para ninguém. Quanto ao trajeto seguido da Venezuela até Belo Horizonte, não há certeza, porém tudo indica terem tido problemas em alguns municípios por onde passaram por se recusarem a vacinar contra a covid-19.

A deputada Andréia de Jesus disse da necessidade do esforço para que essas pessoas possam ter um espaço que considerem suas casas e Rodrigo Martins contou que, na sexta-feira da semana anterior, dia 19, a PBH levou-as para ver um lugar, com essa finalidade, no Barreiro. Segundo ele, os warao gostaram e o local passa por reforma, além de estar sendo concebida uma parceria para mantê-lo. Contudo, ele manifestou preocupação por se tratar de um prédio sem nenhuma área verde, a que os warao estão habituados e hoje têm no abrigo. A presidenta da comissão questionou sobre o tamanho desse prédio, com 15 quartos (conforme informado) para 89 pessoas, e Rodrigo Martins disse que são cerca de 15 famílias.

Outro ponto de indagação da presidenta da Comissão de Direitos Humanos foi quanto ao idioma. Leonardo Silva e Rodrigo Martins responderam que contam com o suporte de intérpretes voluntários do Serviço Jesuíta, sendo que muitos dos warao ali abrigados falam espanhol, além de sua língua própria, e alguns também se comunicam em português. O coordenador do abrigo

ênfatisou que se trata de outro desafio, pois o acesso a equipamentos e políticas públicas está atrelado à comunicação verbal e escrita, e, por vezes, os serviços pedem a presença de um tradutor, mas a instituição não tem. A deputada Andréia de Jesus manifestou sua opinião sobre a necessidade de se ter esse suporte oficializado e disponibilizado pelo poder público, além de se pensar sobre a questão do idioma na perspectiva do acesso de crianças e adolescentes à escola, dizendo da relevância de o Executivo estadual assumir parte desse papel. Sandra Ferreira informou que reuniões têm sido realizadas com escolas e a comunidade a fim de receber essas crianças e adolescentes e que alguns dos adultos estão tendo aulas de português. Aproveitou para dizer que a área onde atua – gestão de serviços de alta complexidade da Diretoria de Proteção Social da Subsecretaria de Assistência Social da SMASAC – também contempla os serviços emergenciais, como o prestado àqueles indígenas warao.

A deputada Andréia de Jesus perguntou sobre a regularização da documentação dos venezuelanos ali abrigados. A representante da SMASAC esclareceu que chegaram com declaração de refúgio expedida pela Polícia Federal, cuja validade é de seis meses, e que estão em processo de obtenção de toda a documentação nacional pertinente, a fim de poderem ser inseridos no CadÚnico. Leonardo Silva informou que 24 deles já possuem CPF e os demais já tiveram todos os seus dados coletados para tal.

A visita seguiu para a área do abrigo onde estão os venezuelanos warao, passando por algumas partes do prédio principal: capela, sala para a Guarda Municipal (que, segundo informou Leonardo Silva ao ser questionado pela deputada Andréia de Jesus, não mais fica dentro da instituição, como antes ficava), recinto para guardar objetos pessoais dos usuários habituais da instituição, espaço de convivência “Seu Corrêa” e lavanderia.

Chegou-se em ampla área aberta, separada do restante do abrigo por telas de arame tipo alambrado, onde foram avistadas muitas crianças e mulheres warao em meio a algumas árvores (incluindo mangueiras) onde havia umas poucas redes amarradas, com estruturas edificadas mais ao fundo, além de dois banheiros químicos. Ao ser questionado sobre estes pela deputada Andréia de Jesus, Leonardo Silva disse que são as instalações sanitárias utilizadas pelos indígenas venezuelanos e que a PBH os higieniza a cada dois dias. E, em resposta à pergunta da parlamentar sobre uso e disponibilidade de água, Rodrigo Martins disse que o consumo no abrigo mais que dobrou após a chegada deles, pois gostam de se molhar com frequência com baldes de água que enchem nas torneiras espalhadas pela área e dos tanques, inclusive preferindo a água fria à dos chuveiros, aquecida por energia solar, os quais utilizam em horário exclusivo para eles.

Nessa área aberta (que, através da tela que a isola, pode ser visualizada a partir de outras partes da instituição pelos demais acolhidos), havia objetos, roupas, calçados e diversos tipos de lixo espalhados por toda a sua extensão, além de muitas coisas penduradas nas árvores e nas cercas. Havia, ainda, alguns cartazes feitos em isopor com texto em português pedindo ajuda, provavelmente utilizados nas coletas, e uns poucos animais domésticos. Sandra Ferreira disse que ali se organizam como se estivessem na beira do rio, onde costumam viver os warao¹, não utilizando geladeira e sempre carregando seus pertences mais importantes. Nesse momento, chamou a atenção a grande quantidade de pacotes de bolachas e de salgadinhos tipo *chips* com as crianças e, principalmente, de garrafas PET grandes de refrigerantes em toda a área. Rodrigo Martins disse que adoram refrigerante, em especial guaraná, e que cada um tem e leva consigo sua própria garrafa, todos sabendo quem é o dono de cada garrafa e não tocando nela, mesmo que ela esteja no chão.

Leonardo Silva explicou que fazem tudo no chão, inclusive o preparo e a limpeza dos alimentos que cozinharão e suas refeições, nas quais não costumam utilizar talheres. Outros hábitos e particularidades relativos aos warao ali abrigados foram, aos poucos, sendo informados: boa parte é evangélica, um é pastor e tem a Bíblia traduzida em warao no celular e alguns possuem exemplares em espanhol, impressos, também nas palavras do coordenador do abrigo; segundo Sandra Ferreira, eles têm muito orgulho de serem da etnia warao, são bastante unidos e se comunicam com os demais warao que estão em Belo Horizonte com agilidade e rapidez por meio do celular, e provavelmente todos já sabiam da visita que estava sendo realizada naquele momento; os animais domésticos que ali se encontram foram trazidos da rua, como informou Aurinês Rocha; conforme Rodrigo Martins, muitos, em

especial homens, estavam fora fazendo coleta naquela hora e retornariam por volta do meio-dia, pois têm horários rigorosos; também nas palavras dele, as mangas, que hoje ali existem com fatura, são um dos frutos que gostam muito de comer; há preferência pela cocção dos alimentos direto no fogo, mas o problema, também segundo Rodrigo Martins, é que isso representa risco de incêndio e, de acordo com Leonardo Silva, esse hábito, do uso de fogueira, gera o inconveniente da fumaça que entra nos quartos, pelas janelas que dão para aquela área, incomodando quem ali está acolhido.

Yolis Lyon, liderança venezuelana indígena warao que está em Belo Horizonte há cerca de dez anos e é representante de grupos étnicos indígenas no Compir, juntou-se à visita naquele momento. Ela tem feito o acompanhamento cultural desse grupo e dos demais warao na cidade e, segundo Sandra Ferreira, tem sido apoio importante desde a chegada deles. Yolis Lyon explicou que nenhum dos caciques estava presente, o que tornava a conversa difícil, mas seria possível falar com dois representantes, para isso chamando Daniel Rattia e Lucio Rattia. Ela explicou que eles falam warao e espanhol e compreendem português, assim como alguns dos outros homens daquele grupo, e que Lucio Rattia prega a palavra de Deus. Os dois falaram pouco, queixaram-se do frango que é fornecido em pedaços (e que teria causado diarreia em todos) e da vaquinha que têm que fazer para comprar gás.

O galpão que se encontra nos fundos da área externa também foi visitado, com a presença de Yolis Lyon. Dentro dele fazia bastante calor e havia muitas crianças. Colchões e cobertas estavam amontoados nos cantos e nas laterais, e roupas, sapatos, sacolas e objetos diversos encontravam-se espalhados pelo chão. Leonardo Silva explicou que aquele galpão era um depósito e tiraram tudo que estava lá em um só dia, improvisando para acolher os warao. Também foram instalados alguns ventiladores e os colchões foram fornecidos pela Defesa Civil. Sandra Ferreira esclareceu que eles não gostam de colchões e preferem redes, mas aquilo foi o possível no atendimento emergencial. Disse também que existe a intenção de se realizar uma parceria, como nas outras ações de alta complexidade da assistência social, porém uma específica para este caso, para que alguma instituição possa proporcionar o ideal para aquelas pessoas.

A deputada Andréia de Jesus questionou acerca da limpeza, avaliando que precisaria melhorar. Leonardo Silva disse tratar-se de situação delicada, devido aos hábitos que os warao têm e à resistência para que funcionários da instituição entrem e faxinem a área, pois se sentem incomodados. Yolis Lyon esclareceu que, para eles, pela tradição de viverem próximos ao rio, basta passar água ou entrar na água para sentirem que há limpeza. E tudo o que jogam no chão é levado pelo rio, então ninguém cobra limpeza quando estão em suas próprias terras. É uma questão cultural e, segundo ela, para eles isso é normal, mas para os outros é considerado insalubre. Contudo, a situação ali é outra e ela mesma sempre pede para eles próprios organizarem e limparem a área e recolherem o lixo e os objetos, tanto do espaço aberto quanto do galpão, o que fazem prontamente. Asseverou que precisam sair dali e viver em um local onde tenham condições dignas. Além disso, pontuou que, para se trabalhar com os warao, é preciso pensar em reeducação.

A presidenta da Comissão de Direitos Humanos avaliou ser necessário um assessoramento profissional por parte do Estado para esse trabalho específico, além do acompanhamento permanente do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e à Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais – Comitrate – a esse grupo e todas as demais populações migrantes em situação emergencial. Leonardo Silva acrescentou que esse tipo de situação envolve a competência dos três entes federados, porém, não têm recebido nenhum tipo de suporte da União. A deputada Andréia de Jesus informou que a titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – teria conversado com a titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH – sobre a possibilidade da cessão de dois servidores para auxiliar no 1º Plano Estadual para Migrantes, Refugiados, Apátridas e Retornados de Minas Gerais, atualmente em elaboração e incluindo a realização de conferências livres, além do envio de auxílio financeiro por parte do governo federal.

Especificamente quanto à educação, Sandra Ferreira informou que a PBH já liberou o auxílio financeiro para as crianças matriculadas na rede municipal. Todavia essa inserção depende da conclusão de seus cadastros, o que está atrelado à regularização da documentação, a qual está em andamento, como já dito, e que, em parte, não é de competência do município. A previsão é de que

todas já estejam frequentando as aulas no próximo semestre. Sandra Ferreira também disse que a equipe da Regional Pampulha está acompanhando os primeiros alunos da etnia warao que já frequentam a rede municipal e estão compartilhando a experiência com outras regionais, onde reuniões têm sido feitas com escolas e a comunidade para receber os demais. A deputada Andréia de Jesus pontuou acerca da necessidade de o Estado estar presente também nesse processo e dar-lhe celeridade, asseverando que a omissão e a morosidade, nesse caso, significam protelar o acolhimento e implicam racismo, pois são formas de fechamento de fronteiras.

Ao longo da visita, a presidenta da Comissão de Direitos Humanos enfatizou a premência de se ter políticas públicas robustas e bem estruturadas para refugiados no Estado, por não mais se tratar de situação excepcional e sim permanente, inclusive o acolhimento emergencial. Nesse sentido, mencionou a estimativa da existência de 19 mil refugiados de diversas nacionalidades em Minas Gerais e citou projeto de lei hoje em tramitação no parlamento mineiro, de autoria da deputada Leninha, que contempla essa finalidade². Ao final e no tocante à situação dos venezuelanos da etnia warao no Abrigo São Paulo, considerou ser o melhor acolhimento possível no momento, apesar de todas as dificuldades e falhas e da falta de suporte do Executivo estadual, avaliando que deveriam habitar um espaço seguro e na área rural, para que possam minimamente preservar sua cultura e suas tradições.

Conclusão

A Comissão de Direitos Humanos cumpriu o objetivo da visita: verificar, *in loco*, as condições do acolhimento dos indígenas venezuelanos da etnia warao no Abrigo São Paulo, bem como a estrutura e as condições gerais dessa instituição. Como desdobramentos, os seguintes encaminhamentos foram feitos por meio do envio de requerimentos³ com:

- pedido de providências ao MMFDH, com este relatório anexo, para que, no escopo de suas competências, auxilie Minas Gerais com todo o suporte possível, inclusive financeiro, para o acolhimento dos indígenas venezuelanos da etnia warao no Estado, em particular os que se encontram em Belo Horizonte;

- pedido de providências à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República em Minas Gerais, com este relatório anexo, para que, no escopo de suas competências, acompanhe, de forma contínua, o acolhimento dos indígenas venezuelanos da etnia warao no Estado, em particular os que se encontram em Belo Horizonte, bem como envide todos os esforços necessários à atuação interinstitucional para a devida implementação, em território mineiro, das políticas públicas relativas a migrantes, refugiados e apátridas, considerando-se inclusive que fluxos migratórios constituem realidade global e não mais uma situação eventual ou local;

- pedido de providências à Sedese, com este relatório anexo, para que atue, de forma contínua, no acolhimento dos indígenas venezuelanos da etnia warao no Estado, em particular os que se encontram em Belo Horizonte, e que promova a devida articulação interinstitucional entre os órgãos públicos de todas as esferas da Federação para que trabalhem, conjuntamente, na promoção e garantia dos direitos dessas pessoas, bem como envide todos os esforços necessários ao acolhimento de migrantes, refugiados e apátridas em Minas Gerais, considerando-se:

- que fluxos migratórios constituem realidade global e não mais uma situação eventual, e que o território mineiro tem sido destino de muitos deles;

- as competências da pasta, de formulação, planejamento, direção, execução, controle e avaliação das ações setoriais a cargo do Estado relativas a políticas transversais relacionadas à igualdade e ao combate aos preconceitos de origem e raça, às políticas concernentes à proteção, à defesa e à reparação dos direitos humanos de públicos específicos, às políticas públicas da assistência social, da segurança alimentar e nutricional, do trabalho, emprego e renda e da educação em direitos humanos e à formulação e à promoção de planos, programas e projetos que compõem a política de habitação;

- pedido de providências à Secretaria do Estado de Educação, com este relatório anexo, para que, no escopo de suas competências consoante o Decreto nº 47.758, de 2019, promova a inclusão educacional das crianças, adolescentes, jovens e adultos

indígenas venezuelanos da etnia warao hoje refugiados em Minas Gerais, considerando, inclusive, a possibilidade de suporte no que tange à questão do idioma;

- pedido de providências à coordenação do Comitrate, com este relatório anexo, para que o comitê acompanhe, de forma contínua, o acolhimento dos indígenas venezuelanos da etnia warao no Estado, em particular os que se encontram em Belo Horizonte, de modo a assegurar a devida atenção a esses refugiados e a promover a devida articulação interinstitucional entre os órgãos públicos de todas as esferas da federação para que atuem na promoção e garantia dos direitos dessas pessoas, bem como envide todos os esforços necessários à formulação, execução, avaliação e monitoramento de políticas e planos estaduais afetos à temática relativa a migrantes, refugiados e apátridas, considerando tratar-se de uma situação não mais eventual;

- pedido de providências à PBH, com este relatório anexo, para que seja mantida toda a assistência cabível aos indígenas venezuelanos da etnia warao que hoje se encontram na capital mineira, compatível com suas tradições e cultura e com suas necessidades específicas na condição de refugiados, e para que sejam revistos e ajustados os recursos financeiros repassados ao Abrigo São Paulo durante o período em que essa instituição prestou o acolhimento emergencial a grande parte desse grupo, levando em conta todos os gastos excedentes daí decorrentes para além da alimentação *per capita* proporcional;

- envio deste relatório, para conhecimento, à Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública de Minas Gerais, à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos – e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos – CAO-DH – do Ministério Público de Minas Gerais e ao Conselho Central de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2022.

Andréia de Jesus, relatora.

¹O povo warao, tradicional e originalmente, vive às margens do delta do Rio Orinoco, na Venezuela.

²Projeto de Lei nº 3.200/2021, que visa instituir a política estadual para a população migrante de Minas Gerais e dar outras providências correlatas.

³Aprovados na 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 6/4/2022.”.